



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

ATA DE AUDIÊNCIA PÚBLICA DO 3º QUADRIMESTRE DE 2015

Às 10:00 horas, de 26 DE FEVEREIRO DE 2016, reuniram-se no município de CATANDUVAS, tendo por local Câmara Municipal de Vereadores, os integrantes responsáveis pela realização da Audiência Pública de Avaliação de Metas Fiscal do 3º QUADRIMESTRE DE 2015. Estavam presentes na Audiência um total de 15 pessoas, conforme lista de presença anexa. Dando início aos trabalhos, o Coordenador SILVIO FARIAS, fez uma pequena explanação de como seriam conduzidos os trabalhos. Dando continuidade, passou a apresentar as metas realizadas, onde foram destacados os seguintes resultados: Analisando as Metas de Arrecadação apresentadas, constatou-se que a Receita Total Prevista para o período era de R\$ 29.177.715,00, sendo R\$ 25.567.715,00 de Receitas Correntes e R\$ 3.610.000,00 de Receitas de Capital. Já a receita arrecadada registra R\$ 23.949.799,49 para as Receitas Correntes e R\$ 1.319.490,80 para as Receitas de Capital, que resultou numa arrecadação total de R\$ 25.269.290,29. Pelos dados apresentados, conclui-se que até o término do período analisado, o total da Receita Arrecadada, no montante de R\$ 25.269.290,29, ficou ABAIXO das Metas de Arrecadação Previstas, que estavam estimadas em R\$ 29.177.715,00. Com relação ainda aos resultados apresentados, concluímos que o DEFICIT verificado no confronto da previsão com a arrecadação foi de R\$ -3.908.424,71. Pelos dados apresentados no cronograma de desembolso, conclui-se que até o término do período analisado, o município CUMPRIU o Artigo 8º, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que o total da Despesa Realizada, no montante de R\$ 23.978.746,88, ficou ABAIXO das Despesas Previstas para o período, que estavam estimadas em R\$ 28.184.965,00. Na análise do confronto das Receitas Arrecadadas com as Despesas Liquidadas no período apresenta valores positivos, ou seja, existe equilíbrio financeiro adequado. Enquanto as receitas do período registram a cifra de R\$ 25.269.290,29, as despesas contabilizam a soma de R\$ 23.978.746,88, proporcionando um SUPERÁVIT FAVORÁVEL de R\$ 1.290.543,41. O Resultado Primário apurado no período, apresenta valores positivos. Isto caracteriza uma situação favorável, pois significa dizer que as Receitas Não Financeiras predominam sobre as Despesas Não Financeiras, ou seja, ainda existem condições do município assumir novos compromissos para pagamento de dívidas. Com Relação as Receitas Financeiras no período, na importância de R\$ 687.217,38 superaram as Despesas Financeiras na quantia de R\$ 0,00, num montante de R\$ 687.217,38. A Dívida Fiscal Líquida apurada no término do período analisado, apresenta valores negativos. Isto caracteriza uma situação favorável, pois significa dizer que a Dívida Consolidada está abaixo do valor das Disponibilidades Financeiras. Comparando a Dívida Consolidada do início do exercício, na importância de R\$ -3.313.147,68 com o valor apurado ao término do período analisado, no valor de R\$ -3.649.591,63, podemos deduzir que houve um decréscimo favorável no confronto das dívidas existentes com os recursos disponíveis. Pelos dados orçados para o exercício, o município previu despesas de INVESTIMENTOS no montante de R\$ 7.223.860,00. Ao término do período, os investimentos totalizaram R\$ 1.924.758,05. Analisando o valor das Transferências Financeiras previstas na LDO para o exercício, na importância de R\$ 606.800,00, teríamos uma previsão média mensal de repasse no valor de R\$ 50.566,67. Comparando esta previsão com a média mensal de transferência apurada ao término do período analisado, no valor de R\$ 106.607,22, podemos deduzir que o repasse ficou 110,83% acima da previsão estimada. Até o término do período analisado, o total de suprimentos para a Câmara de Vereadores no montante equivalente a R\$ 648.120,07. O demonstrativo da Dívida Pública Municipal foi apresentado contendo um saldo inicial R\$ 3.389.707,57, com o Saldo Final do período analisado que registrou R\$ 3.588.463,77, concluímos que o montante da Dívida teve uma redução no valor de R\$ -198.756,20, o que representa uma queda de -10,15%. De acordo com os dados do IBGE, a população do município é de 10.463,00 habitantes. Analisando percapitadamente a Dívida Pública Atual do município, podemos dizer que ela seria paga com uma contribuição de R\$ -348,81 de cada habitante. Ainda fazendo referência à Dívida Pública, e fazendo uma comparação do saldo da dívida no final do período que é de R\$ 3.588.463,77 com a média mensal de arrecadação que registra R\$ 25.269.290,29, podemos dizer que toda a dívida seria paga com -0,14 vezes a arrecadação mensal do município. Analisando o Saldo Inicial dos Valores Orçados para os Programas constantes da Lei Orçamentária, na importância de R\$ 0,00, com o Saldo Final do período analisado que registra R\$ 0,00, concluímos que do Orçamento foi reduzido na importância de R\$ 0,00. Esta redução representa 0,00%, dos valores originalmente orçados. Os Valores Orçados na Lei Orçamentária para os Programas do PPA - Plano Plurianual de Investimentos totalizam a importância de R\$ 0,00. O Saldo Final do período analisado registra R\$ 0,00. Diante disso, fica evidenciando que o Orçamento cresceu na importância de R\$ 0,00, que representa 0,00% sobre os valores originalmente orçados. No tocante aos índices de Saúde ficou demonstrado que a aplicação foi de 23,44%, evidenciado o cumprimento do artigo 198 da Constituição Federal, combinado com o disposto no § 1º do artigo 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT. Na análise das despesas de saúde foi abordado que o montante de gastos até o período foi de R\$ 5.388.894,64, dos quais R\$ 727.475,53 são recursos do SUS e outras fontes, enquanto R\$ 4.661.419,11 são recursos próprios do município. Analisando percapitadamente os recursos recebidos, podemos afirmar que os repasses do SUS representam R\$ 69,53 por habitante do município, enquanto que o município investiu de recursos próprios o montante de R\$ 445,51 por habitante. O total de despesas com saúde representa uma aplicação de R\$ 515,04 por habitante, dos quais 86,50% foram oriundos de recursos próprios do município. O artigo 212 da Constituição Federal define a obrigatoriedade da aplicação mínima de 25% da Receita Resultante de Impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. Analisando a aplicação em educação foi de 27,60%, evidenciando que FOI CUMPRIDO o referido dispositivo legal. Isto representa que o município aplicou na Função Educação o montante de R\$ 5.981.072,61. Isto representa um gasto de R\$ 571,64 para cada um dos 10.463,00 habitantes do Município. No Ensino Fundamental com 818,00 alunos matriculados foram aplicados R\$ 4.670.347,20, representando R\$ 446,37 por aluno. Já na Educação Infantil, onde há 146,00 crianças matriculadas, foram aplicados R\$ 701.540,37, que representa uma aplicação de R\$ 4.805,07 por criança. Também fora demonstrado na Audiência a situação com relação aos gastos de pessoal. Ao término do período analisado, o município apresenta um gasto consolidado com



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS
ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500
CNPJ 76.208.842/0001-03

pessoal de 44,48%, sendo 2,06% do Legislativo e 42,42% do Executivo. Estes números indicam que os gastos consolidados estão 15,52 (pontos percentuais) abaixo do que fora previsto para o exercício. O Poder Executivo apresentou um dispêndio de 42,42% da Receita Corrente Líquida do município, comprovando desta forma estar cumprindo o limite estabelecido no Artigo 20, inciso III, alínea 'a', da Lei de Responsabilidade Fiscal. Já os gastos de pessoal do Poder Legislativo foram de 2,06%, da Receita Corrente Líquida do município, comprovando desta forma estar cumprindo o limite estabelecido no Artigo 20, inciso III, alínea 'b', da LRF. Assim, estando apresentados os quadros demonstrativos das Metas Fiscais, a equipe coordenadora agradeceu as presenças e nada mais havendo a tratar encerrou a presente Audiência, da qual lavrou-se a presente Ata, que passa ser assinada pela equipe coordenadora e demais interessados.

[Handwritten signatures and names]
M. Eudécio
Sílvia Lourenço
Murilo Meirelles
Sílvia Lourenço
[Other illegible signatures]

Ata 03/2016

Aos vinte e seis dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezesseis, às dez horas, reuniram-se na Câmara Municipal de Vereadores do Município de Catanduvas/Paraná, estando presentes membros deste Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente/CMDCA, Membros do Conselho Municipal de Saúde, representantes do Gestor Municipal e pessoas da sociedade organizada, para em Audiência Pública avaliar a execução das ações relativas ao terceiro quadrimestre - setembro a dezembro - do ano de dois mil e quinze. Deu início a Audiência o Contador da Prefeitura Municipal de Catanduvas Sr. Silvio Farias, saudando a todos e expondo o objetivo da audiência em tornar público o que foi desenvolvido e os recursos aplicados na gestão municipal. Resumiu o relatório financeiro, bem como as receitas e despesas públicas, colocando a situação atual da gestão pública. Em seguida tomou a palavra a Presidente do CMDCA Serly dos Santos que passou a falar das ações desenvolvidas na área da Criança e do Adolescente. Colocou que no dia quatro de outubro houve a Eleição Unificada para Conselheiros Tutelares, que mobilizou a população para a escolha dos Conselheiros, onde votaram novecentos e trinta e nove eleitores. Havia doze candidatos, sendo que os cinco mais votados ficaram na qualidade de membros e os demais na qualidade de suplentes. Falou da Casa de Passagem Bom Jesus, entidade de acolhimento institucional a crianças e adolescentes, que neste quadrimestre acolheu duas adolescentes. Ressaltou o trabalho dos Conselhos de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente os quais são: O CMDCA e o Conselho Tutelar. Finalizando falou do trabalho desenvolvido através do CRAS/Centro de Referência de Assistência Social junto ao programa de Serviço de Convivência e Fortalecimentos de Vínculos/SCVF, com grupos por faixa etária atendendo crianças e adolescentes de seis a quinze anos, com atividades de Informática, Caratê, Hip Hop e Capoeira, todos os grupos tem trabalho de orientação com a psicóloga do CRAS. Por ultimo, o Presidente do Conselho Municipal de Saúde Paulo Roberto Ramos Machado colocou as ações desenvolvidas na Saúde. Encerrada a Audiência Pública e nada mais havendo a constar eu Juliana Cristina da Silva, Assistente Administrativo da Assistência Social lavrei a presente ata que segue assinada pelos Conselheiros, Contador da Prefeitura e demais presentes.

Serly dos Santos *[assinatura]* A - *[assinatura]*

[Assinaturas manuscritas]



Município de Catanduvas

Estado do Paraná

CNPJ nº 76.208.842/0001-03

Ofício n.º 13/2016 -GP

Catanduvas, 03 de fevereiro de 2016.

Senhora Presidente,

Cumprimentando cordialmente Vossa Excelência e demais vereadores que compõe esta Colenda Câmara Municipal, vimos através do presente comunicar que o Poder Executivo, em cumprimento aos dispositivos da Lei de Responsabilidade, a qual assegura a transparência da gestão dos recursos públicos, realizará **AUDIÊNCIA PÚBLICA** visando demonstrar e avaliar o cumprimento das Metas Fiscais do terceiro quadrimestre do ano de 2015 desta Administração Municipal, a ser realizada no Plenário desse Legislativo Municipal junto a Comissão de Finanças e Orçamento com início as 10:00 horas do dia 26 de fevereiro do corrente ano.

Fará ainda a exposição do Relatório de Gestão do Fundo de Direitos da Criança e do Adolescente e do Fundo Municipal de Saúde.

Sendo o que tínhamos para o momento, renovamos protestos de consideração e respeito.

Atenciosamente,


NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeita

A sua Excelência a Senhora:

LOURDES RONSANI MACHADO

Presidente da Câmara de Vereadores

Catanduvas/PR



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - METAS DE ARRECADAÇÃO

3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Conta	Descrição	Valor
1	-	Receitas Correntes Previstas para o Período	25.567.715,00
2	-	Receitas de Capital Previstas para o Período	3.610.000,00
3	-	Total das Metas de Arrecadação Previstas para o Período	29.177.715,00
4	-	Receitas Correntes Arrecadadas até o Período	23.949.799,49
5	-	Receitas de Capital Arrecadadas até o Período	1.319.490,80
6	-	Receitas Totais Arrecadadas até o Período	25.269.290,29

1 - DA LEGISLAÇÃO

O Artigo 13º da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal traz o seguinte enunciado: No prazo previsto no Artigo 8º, (trinta dias após a publicação do Orçamento) as receitas previstas serão desdobradas em metas bimestrais de arrecadação.

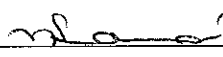
2 - DOS RESULTADOS APRESENTADOS


Pelos dados acima apresentados, conclui-se que até o término do período analisado, o total da Receita Arrecadada, no montante de R\$ 25.269.290,29, ficou ABAIXO das Metas de Arrecadação Previstas, que estavam estimadas em R\$ 29.177.715,00. Com relação ainda aos resultados apresentados, concluímos que o DEPICIT verificado no confronto da previsão com a arrecadação foi de R\$ -3.908.424,71.

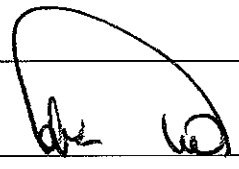
3 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O gráfico (A) abaixo representa a relação entre as Metas de Arrecadação prevista com a Receita efetivamente arrecadada no período. Já o gráfico (B) abaixo, representa o comportamento de cada uma das categorias de receita, que são divididas em Receitas Correntes e Receitas de Capital.

4 - NOTA EXPLICATIVA


NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeito(a)


SILVIO FARIAS
Contador


EDILSON MALAVSKI
Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Conta	Descrição	Valor
1	-	Despesas correntes previstas para o período	20.277.605,00
2	-	Despesas de capital previstas para o período	7.907.360,00
3	-	Total do desembolso previsto para o período	28.184.965,00
4	-	Despesas correntes realizadas até o período	20.011.862,34
5	-	Despesas de capital realizadas até o período	3.966.884,54
6	-	Total da despesa contraída no período	23.978.746,88

1 - DA LEGISLAÇÃO APLICADA

Diz o Artigo 8º. da Lei de Responsabilidade Fiscal que até trinta dias após a publicação dos Orçamentos, nos termos em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias e observado a alínea c do inciso I do artigo 4º, o Poder Executivo estabelecerá a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso.

2 - DOS RESULTADOS APRESENTADOS

Pelos dados acima apresentados, conclui-se que até o término do período analisado, o município CUMPRIU o Artigo 8º, da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal, tendo em vista que o total da Despesa Realizada, no montante de R\$ 23.978.746,88, ficou ABAIXO das Despesas Previstas para o período, que estavam estimadas em R\$ 28.184.965,00. Com relação ainda aos resultados apresentados, concluímos que para cada R\$ 1,00 (um real) de Despesa Prevista, o município contraiu R\$ 0,85. Isto significa dizer que a Despesa ficou 14,92% ABAIXO da previsão estimada para o período.

3 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O gráfico (A) abaixo representa a relação entre as DESPESAS PREVISTAS com as DESPESAS EFETIVAMENTE REALIZADAS no período. Já o gráfico (B) abaixo, representa o comportamento de cada uma das categorias de Despesa, que são divididas em Despesas Correntes e Despesas de Capital.

4 - NOTA EXPLICATIVA

NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeito(a)

SÍLVIO FARIAS
Contador

EDILSON MALAVSKI
Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - CONFRONTO ARRECADAÇÃO X DESEMBOLSO
3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Conta	Descrição	Valor
1	-	Receita Corrente Arrecadada	23.949.799,49
2	-	Receita de Capital Arrecadada	1.319.490,80
3	-	Total das Receitas Arrecadadas	25.269.290,29
4	-	(-) Despesa Corrente Empenhada	20.011.862,34
5	-	(-) Despesa de Capital Empenhada	3.966.884,54
6	-	(-) Total de Despesas Empenhadas	23.978.746,88
7	-	Resultado no Período	1.290.543,41
8	-	Quociente Verificado	94,89

1 - DA LEGISLAÇÃO APLICADA

PLANEJAMENTO é o grande princípio da Lei de Responsabilidade Fiscal. A Lei 4.320/64, em seu Artigo 48, Alínea b, define como necessário: MANTER, DURANTE O EXERCÍCIO, NA MEDIDA DO POSSÍVEL, O EQUILÍBRIO ENTRE A RECEITA ARRECADADA E A DESPESA REALIZADA, DE MODO A REDUZIR AO MÍNIMO EVENTUAIS INSUFICIÊNCIAS DE TESOURARIA.

2 - DOS RESULTADOS APRESENTADOS

O confronto das Receitas Arrecadadas com as Despesas Liquidadas no período apresenta valores positivos, ou seja, existe equilíbrio financeiro adequado. Enquanto as receitas do período registram a cifra de R\$ 25.269.290,29, as despesas contabilizam a soma de R\$ 23.978.746,88, proporcionando um SUPERÁVIT FAVORÁVEL de R\$ 1.290.543,41.


3 - DA LIMITAÇÃO DE EMPENHO

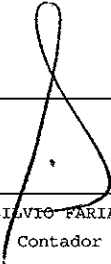
Os números apontam que houve frustração de receita, ou seja, a receita arrecadada ficou inferior o que havia sido previsto para o período. No entanto, a Despesa Realizada não supera receita arrecadada demonstrando equilíbrio entre receita e despesa. Tendo em vista que este equilíbrio não compromete o que dispõe o Artigo 9º, da Lei de Responsabilidade Fiscal, no tocante a limitação de empenho e/ou contingenciamento de despesas nos períodos subsequentes.

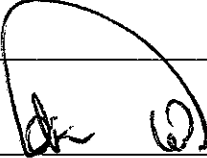
4 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O gráfico (A) abaixo representa a relação entre o valor da receita e despesa verificados no período. Já gráfico (B) abaixo, representa a relação entre as Despesas Correntes e as Despesas de Capital.

5 - NOTA EXPLICATIVA


NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeito(a)


SILVIO FARIAS
Contador


EDILSON MALAVSKI
Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - METAS DE RESULTADO PRIMÁRIO

3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Conta	Descrição	Valor
1	-	Meta de Resultado Primário fixada na Lei de Diretrizes Orçamentárias para o Exercício	178.500,00
2	-	Resultado Primário Verificado no Período	4.266.881,82

1 - DEFINIÇÃO

Resultado Primário, para fins da Lei Complementar n°. 101/2000, é apurado através da diferença entre a receita arrecadada e a despesa realizada, deduzindo-se daquela as aplicações financeiras, receitas de privatização, operações de crédito, anulação de restos a pagar, (art. 38, Lei n°. 4.320/64), retorno das operações de crédito e transferências intra-governamentais, dessa o pagamento de juros, encargos e amortização da dívida, concessão de empréstimos, aquisição de títulos de capital já integralizados e transferências intra-governamentais.

2 - DO CONFRONTO DOS VALORES PREVISTOS

Como pode ser avaliado no quadro acima, o Resultado Primário verificado ao término do período analisado, na importância de R\$ 4.266.881,82, está ACIMA da previsão estabelecida na LDO para o exercício, no montante de R\$ 178.500,00.

3 - DOS RESULTADOS APRESENTADOS

O Resultado Primário apurado no período, apresenta valores positivos. Isto caracteriza uma situação favorável, pois significa dizer que as Receitas Não Financeiras predominam sobre as Despesas Não Financeiras, ou seja, ainda existem condições do município assumir novos compromissos para pagamento de dívidas..


4 - DA INFLUÊNCIA DAS RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS NO RESULTADO PRIMÁRIO

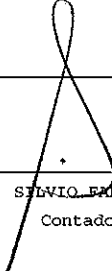
As Receitas Financeiras no período, na importância de R\$ 687.217,38 superaram as Despesas Financeiras na quantia de R\$ 0,00, num montante de R\$ 687.217,38.

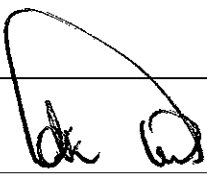
5 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O gráfico (A), representa este confronto entre as Receitas e as Despesas Financeiras. Já o gráfico (B), representa o valor do Resultado Primário apurado em relação ao valor previsto para o exercício.

6 - NOTA EXPLICATIVA


NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeito(a)


SILVIO FARIAS
Contador


EDILSON MALAVSKI
Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - METAS DE RESULTADO NOMINAL

3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Conta	Descrição	Valor
1	-	Meta de Resultado Nominal fixada na Lei de Diretrizes para o Exercício	-180.680,00
2	-	Resultado Nominal Verificado no Período	-273.088,75
3	-	Dívida Fiscal Líquida no início do exercício	-3.313.147,68
4	-	Dívida Fiscal Líquida Apurada no exercício	-3.649.591,63

1 - DEFINIÇÃO

Resultado Nominal, para fins da Lei Complementar n°. 101/2000, é apurado através da diferença entre a Dívida Consolidada Líquida de dois períodos, resultante esta do somatório entre a Dívida Consolidada e a Receita de Privatizações, deduzidas as disponibilidades de caixa, aplicações financeiras e demais ativos financeiros.

2 - DO CONFRONTO DOS VALORES PREVISTOS

De acordo com o quadro acima, o Resultado Nominal verificado ao término do período analisado, na importância de R\$ -273.088,75, está acima da previsão estabelecida na LDO para o exercício, no montante de R\$ -180.680,00.

3 - DOS RESULTADOS APRESENTADOS

A Dívida Consolidada apurada no término do período analisado, apresenta valores positivos. Isto caracteriza uma situação favorável, pois significa dizer que a Dívida Consolidada está abaixo do valor das Disponibilidades Financeiras.

4 - DO COMPORTAMENTO DO RESULTADO NOMINAL, DÍVIDA FISCAL CONSOLIDADA E DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA

Comparando a Dívida Fiscal Líquida do início do exercício, na importância de R\$ -3.313.147,68 com o valor apurado ao término do período analisado, no valor de R\$ -3.649.591,63, podemos deduzir que houve um decréscimo favorável no confronto das dívidas existentes com os recursos disponíveis.

5 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O gráfico (A) abaixo, representa o confronto entre o valor do Resultado Nominal previsto na LDO com o valor verificado no período analisado. Já o gráfico (B) Abaixo, representa o confronto da Dívida Fiscal Líquida do início do exercício com o valor existente ao término do período analisado.

6 - NOTA EXPLICATIVA

NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeito(a)

SÍLVIA PARTAS
Contador
EDILSON MALAVSKI
Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS

3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Conta	Descrição	Valor
1	-	Valor Previsto das Transferências Financeiras fixada na LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias	606.800,00
2	-	Valor das Transferências Financeiras no Período	1.279.286,63

1 - DEFINIÇÃO

Transferências Financeiras são os recursos repassados pela Administração Municipal à outras unidades gestoras que integram a administração direta, como forma de complementação de suas receitas, para fazer frente as despesas necessárias para consecução de seus objetivos.

2 - DO CONFRONTO COM OS VALORES PREVISTOS

O quadro acima demonstra que o valor das Transferências Financeiras verificado ao término do Quadrimestre, foi de R\$ 1.279.286,63, enquanto que o valor total previsto na LDO para o exercício é de R\$ 606.800,00.

3 - DOS RESULTADOS APRESENTADOS

Analisando o valor das Transferências Financeiras previstas na LDO para o exercício, na importância de R\$ 606.800,00, teríamos uma previsão média mensal de repasse no valor de R\$ 66.666,67. Comparando esta previsão com a média mensal de transferência apurada ao término do período analisado, no valor de R\$ 106.607,22 do total de R\$ 1.279.286,63, podemos deduzir que o repasse ficou -110,83% acima da previsão estimada.

4 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O gráfico (A) abaixo representa a comparação entre os valores previstos para o exercício com os valores repassados no período. Já o gráfico (B) abaixo representa a comparação da média mensal prevista com a média mensal realizada.

5 - NOTA EXPLICATIVA

NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeito(a)

SILVIO PARIAS
Contador

EDILSON MALAVSKI
Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - RENÚNCIA DE RECEITAS

3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Conta	Descrição	Valor
1	-	Valor das Renúncias de Receita fixada na LDO	62.700,00
2	-	Valor das Renúncias de Receita apurada até o Período	29.451,92

1- DEFINIÇÃO

A RENÚNCIA DE RECEITA IMPLICA EM PERDA DE ARRECADAÇÃO. O conceito de Renúncia de Receita consta no Artigo 14, Parágrafo 1, da LRF que diz: A RENÚNCIA compreende anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção de caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado.

2 - DO CONFRONTO COM OS VALORES PREVISTOS

A LDO - Lei de Diretrizes Orçamentárias previa para o exercício uma Renúncia de Receita na ordem de R\$ 62.700,00. Até o término do período analisado a Renúncia verificada atinge o montante de R\$ 29.451,92. Fazendo uma análise dos valores apurados, podemos dizer que até o término do período, a Renúncia de Receita não extrapolou os valores fixados na LDO, haja visto que ela representa 46,97% dos valores previstos.

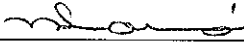
3 - DOS RESULTADOS APRESENTADOS


De acordo com os dados apresentados na tabela, concluímos que a Média Mensal de Renúncia de Receita prevista na LDO era de R\$ 5.225,00. Tendo em vista que a média verificada no período foi de 29.451,92, podemos dizer que esta ultrapassou os valores da previsão, uma vez que representa a cifra de R\$ 5,64% da média mensal prevista para o exercício.


4 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O gráfico (A) abaixo representa o confronto dos valores de Renúncia previstos para o exercício com os valores verificados no período. Já o gráfico (B) abaixo representa a comparação da média mensal prevista com a média mensal realizada.

5 - NOTA EXPLICATIVA


NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeito(a)


SILVIO FARIAS
Contador


EDILSON MALAVSKI
Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - ÍNDICES DAS DESPESAS COM SAÚDE

3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Conta	Descrição	Valor
1	-	Total de Gastos com Saúde até o Período	5.388.894,64
2	-	Recursos Recebidos do SUS e Outros Até o Período	727.475,53
3	-	Recursos Próprios Aplicados em Saúde	4.661.419,11
4	-	Percentual de Gastos com Saúde previstos para o Exercício	15,00
5	-	Percentual aplicado em Saúde no Período	23,44

1 - DO CUMPRIMENTO DO ÍNDICE LEGAL

De acordo com o artigo 198 da Constituição Federal, combinado com o disposto no § 1º do artigo 77, do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, os municípios devem aplicar em ações básicas de Saúde, no mínimo 15% das suas Receitas Provenientes de Impostos. O quadro acima demonstra uma aplicação de 23,44, evidenciando o cumprimento da legislação. Conclui-se ainda que o município aplicou 8,44% acima do valor mínimo exigido.

2 - DO CONFRONTO PREVISTO COM O REALIZADO

O Orçamento do município prevê uma aplicação de 15,00% em despesas com Saúde. A aplicação efetiva foi de 23,44%, ou seja, foi aplicado 8,44% acima do que havia sido previsto.

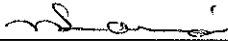
3 - DA APLICAÇÃO PERCÁPITA


Fazendo uma análise per capita dos recursos recebidos, podemos afirmar que os repasses do SUS representam R\$ 69,53 por habitante do município, enquanto que o município investiu de recursos próprios o montante de R\$ 445,51 por habitante. O total de despesas com saúde representa uma aplicação de R\$ 515,04, dos quais 86,50% foram oriundos de recursos próprios do município.

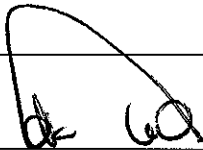
4 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O gráfico (A) abaixo representa a relação entre o percentual de despesas de saúde previstas com o percentual de despesas efetivamente realizadas. Já gráfico (B) abaixo, representa a relação entre as receitas do SUS e os recursos próprios aplicados.

5 - NOTA EXPLICATIVA


NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeito(a)


SILVIO FARIAS
Contador


EDILSON MALAVSKI
Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - ÍNDICES DAS DESPESAS COM PESSOAL
3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Conta	Descrição	Valor
1	-	Índice de Pessoal previsto para o Executivo no Exercício	54,00
2	-	Índice de Pessoal previsto para o Legislativo no Exercício	6,00
3	-	Total dos gastos com Pessoal previstos pelo Município	60,00
4	-	Índice de Pessoal do Executivo verificado no Período	42,42
5	-	Índice de Pessoal do Legislativo verificado no Período	2,06
6	-	Total dos gastos com Pessoal realizados pelo Município	44,48

1 - DA DEFINIÇÃO

O artigo 18 da LRF - Lei de Responsabilidade Fiscal define Despesa Total com Pessoal como sendo: o somatório dos gastos do ente da Federação com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativo a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis, militares e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como os encargos sociais e contribuições recolhidas pelo ente às entidades de previdência.

2 - DA LEGISLAÇÃO

Os limites de gastos com pessoal estão dispostos no Artigo 20, inciso III, da Lei de Responsabilidade Fiscal. Os limites estabelecidos são de 6% para o Poder Legislativo e 54% para o Executivo.

3 - DOS RESULTADOS APRESENTADOS

Ao término do período analisado, o município apresenta um gasto consolidado com pessoal de 44,48%, sendo 2,06% do Legislativo e 42,42% do Executivo. Estes números indicam que os gastos consolidados estão 25,87% abaixo do que fora previsto para o exercício.

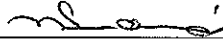
4 - DOS GASTOS DE CADA PODER

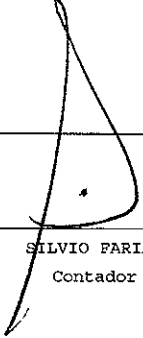
Comparando os gastos com Pessoal previsto para o Executivo, na ordem de 54,00%, com o índice realizado de 42,42%, verificamos que as despesas estão 21,44% abaixo da previsão. Em se tratando do Poder Legislativo, tínhamos uma previsão de gastos de 6,00% e fora realizado uma despesa de 2,06%. Isto significa dizer que as despesas estão 65,67% abaixo da previsão para o exercício.

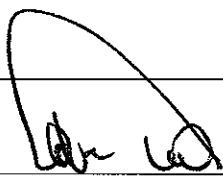
5 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O gráfico (A) abaixo representa a relação entre as Despesas de Pessoal previstas com a Despesa efetivamente realizada no período, do Executivo. Já o gráfico (B) abaixo, representa a relação existente entre os índices previstos e realizados do Poder Legislativo.

6 - NOTA EXPLICATIVA


NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeito(a)


SILVIO FARIAS
Contador


EDILSON MALAVSKI
Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - ÍNDICES DAS DESPESAS COM EDUCAÇÃO

3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Conta	Descrição	Valor
1	-	Total de Gastos na Função 12 - Educação	5.981.072,61
2	-	Total de Gastos na Sub-Função 361	4.670.347,20
3	-	Total de Gastos na Sub-Função 365	701.540,37
4	-	Outros Gastos em Educação	609.185,04
5	-	Total de Gastos em Educação	5.981.072,61
6	-	Percentual de Gastos com Educação previstos para o Exercício	25,00
7	-	Percentual aplicado em Educação até o Período	27,60
8	-	Valor da Receita do FUNDEB arrecadada até o Período	3.260.618,18
9	-	Valor das Despesas realizadas com o Magistério até o Período	2.379.874,02
10	-	% Aplicado com o Magistério	72,99

1 - DO CUMPRIMENTO LEGAL

O artigo 212 da Constituição Federal define a obrigatoriedade da aplicação mínima de 25% da Receita Resultante de Impostos, na manutenção e desenvolvimento do ensino. O quadro acima demonstra que ao final do período analisado a aplicação em educação foi de 27,60%, evidenciando que FOI CUMPRIDO o referido dispositivo legal.

2 - DO CONFRONTO PREVISTO COM O REALIZADO

O orçamento do município prevê uma aplicação de 25,00% em despesas com Educação. A aplicação efetiva foi de 27,60%, ou seja, foi aplicado 2,60% acima do que havia sido previsto.

3 - DA APLICAÇÃO PERCÁPTA E APLICAÇÃO POR ALUNO

O município aplicou na Função Educação o montante de R\$ 5.981.072,61. Isto representa um gasto de R\$ 571,64 para cada um dos 10.463 habitantes do Município. No Ensino Fundamental com 818 alunos matriculados foram aplicados R\$ 4.670.347,20, representando R\$ 5.709,47 por aluno. Já na Educação Infantil, onde há 146 crianças matriculadas, foram aplicados R\$ 701.540,37, que representa uma aplicação de R\$ 4.805,07 por criança.

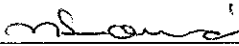
4 - DAS DESPESAS COM O MAGISTÉRIO

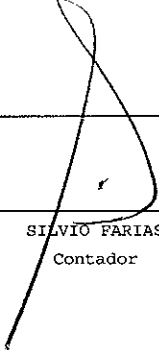
A Receita do FUNDEB no período contabilizou R\$ 3.260.618,18 e foram aplicados com a remuneração dos profissionais da educação e professores em efetivo exercício no magistério a importância de R\$ 2.379.874,02. Isto representa uma aplicação de 72,99%, evidenciando que o município CUMPRIU o disposto no artigo 60, § 5º, do ADCT - Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, na forma da Emenda Constitucional n.º 53, de 06 de dezembro de 2006.

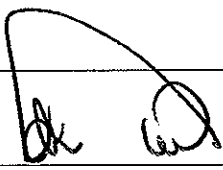
5 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O gráfico (A) abaixo, representa a relação entre o percentual de despesas com Educação previsto com o percentual de despesas efetivamente realizado. Já gráfico (B) abaixo, representa a relação entre os recursos aplicados no Ensino Fundamental e na Educação Infantil.

6 - NOTA EXPLICATIVA


NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeito(a)


SILVÍO FARIAS
Contador


EDILSON MALAVSKI
Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - SUPRIMENTOS DA CÂMARA DE VEREADORES

3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Conta	Descrição	Valor
1	-	Valor do Orçamento da Câmara de Vereadores para o Período	800.000,00
2	-	Valor do Suprimento Repassado até o Período	648.120,07
3	-	Percentual Repassado	81,02

1 - DEFINIÇÃO

SUPRIMENTOS são os repasses efetuados pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo para fazer frente aos seus compromissos. A parcela mensal corresponde ao duodécimo do Orçamento fixado para a Câmara de Vereadores. Deve ser repassado até o vigésimo dia de cada mês.

2 - DO CONFRONTO DOS VALORES PREVISTOS

O Orçamento Municipal contempla para o exercício repasses para a Câmara de Vereadores no montante equivalente a R\$ 800.000,00. Até o término do período analisado, o total de Suprimentos repassados registram a importância de R\$ 648.120,07.

3 - DOS RESULTADOS APRESENTADOS

De acordo com os dados apresentados na tabela, concluímos que o Duodécimo de Suprimentos previstos na Lei Orçamentária era de R\$ 66.666,67. Tendo em vista que o Suprimento Mensal Médio repassado no período foi de 54.010,01, podemos dizer que o repasse representa a cifra de 81,02% da média mensal prevista para o exercício.

4 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA


O gráfico (A) abaixo representa a comparação entre o total de suprimentos previstos para o exercício com os valores efetivamente repassados no período. Já o gráfico (B) abaixo representa a comparação da média mensal prevista com a média mensal repassada.

5 - NOTA EXPLICATIVA



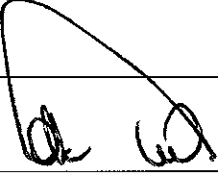
NOEMI SCHMIDT DE MOURA

Prefeito(a)



SILVANO FARIAS

Contador



EDILSON MALAVSKI

Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - INVESTIMENTOS

3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Conta	Descrição	Valor
1	-	Meta de Despesas com Investimentos previstos para o Exercício Financeiro	7.223.860,00
2	-	Despesa com Investimentos Realizada até o Período	1.924.758,05
3	-	Percentual de Realização de Investimentos	26,64

1 - DEFINIÇÃO

INVESTIMENTOS são despesas resultantes da execução de obras, aquisição de bens móveis e imóveis, sejam eles instalações ou equipamentos e material permanente. São recursos investidos que resultam no aumento do Patrimônio do município.

2 - DO CONFRONTO COM OS VALORES PREVISTOS

O quadro acima demonstra que o valor das Despesas com INVESTIMENTOS verificado ao término do período analisado, foi de R\$ 1.924.758,05, enquanto que o valor total previsto na LDO para o exercício é de R\$ 7.223.860,00.

3 - DOS RESULTADOS APRESENTADOS

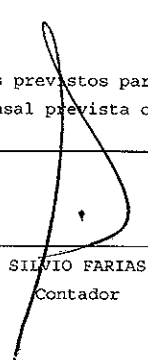
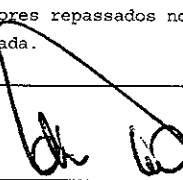
Comparando a média mensal das Despesas com INVESTIMENTOS prevista na LDO, na importância de R\$ 601.988,33 com a média mensal apurada ao término do período analisado, no valor de R\$ 481.189,51, podemos deduzir que os Investimentos ficaram 20,07% abaixo da previsão estimada.

4 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O gráfico (A) abaixo representa o confronto dos valores previstos para o exercício com os valores repassados no período. Já o gráfico (B) abaixo representa a comparação da média mensal prevista com a média mensal realizada.



NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeito(a)


SILVIO FARIAS
Contador
EDILSON MALAVSKI
Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. FICONEIROS 500

CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Contrato	Descrição	Saldo Inicial	Correções	Depreciação	Amortização	Valor Atual
-	-	TOTAIS DOS MOVIMENTOS	3.389.707,57	348.756,20	0,00	150.000,00	3.588.463,77
1	1	INSS A PAGAR	2.148.860,21	348.756,20	0,00	150.000,00	2.347.616,41
2	2	CONTRIBUIÇÃO A REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA (RPPS)	1.240.847,36	0,00	0,00	0,00	1.240.847,36

1 - DEFINIÇÃO

DÍVIDA PÚBLICA CONSOLIDADA - montante total, apurado sem duplicidade, das obrigações financeiras, inclusive as decorrentes de emissão de títulos, assumidas em virtude de lei, contratos, convênios ou tratados e da realização de operações de crédito, para amortização em prazo superior a doze meses. DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA - Dívida Consolidada deduzida as disponibilidades de caixa, as aplicações financeiras e os demais haveres financeiros.

2 - CONFRONTO DO SALDO INICIAL COM SALDO FINAL

Analisando o Saldo Inicial do montante da Dívida Pública Municipal, na importância de R\$ 3.389.707,57, com o Saldo Final do período analisado que registrou R\$ 3.588.463,77, concluímos que o montante da Dívida teve um aumento no valor de R\$ 198.756,20, o que representa um acréscimo de 5,86%.

3 - DA REPRESENTAÇÃO PERCÁPITA DA DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

De acordo com os dados do IBGE, a população do município é de 10.463 habitantes. Analisando percapitadamente a Dívida Pública Atual do município, podemos dizer que ela seria paga com uma contribuição de R\$ 342,97 de cada habitante de nosso município.

4 - DO COMPROMENTIMENTO DAS RECEITAS MUNICIPAIS

A arrecadação média do município no período foi de R\$ 25.269.290,29. Fazendo uma projeção do saldo da dívida com a média da arrecadação, podemos dizer que toda a dívida seria paga com 14,20% da média de arrecadação no período.


5 - DA PREVISÃO DE AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA

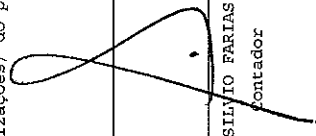
A LDO prevê uma média mensal de amortização da dívida de R\$ 56.958,33. No período analisado a média mensal de amortização foi de R\$ -49.689,05. Isto significa dizer que a média de amortização ficou 187,24% abaixo da previsão.

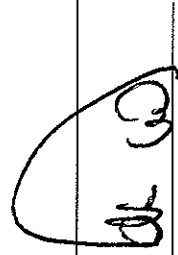
6 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O Gráfico (A) representa a comparação do saldo inicial com o saldo final da Dívida Pública. Já o gráfico (B) representa além dos valores inicial e final, o valor das movimentações positivas (inscrições e correções) e a movimentações negativas (depreciações e amortizações) do período, que determinaram o montante da Dívida Fundada atual de R\$ 3.588.463,77.

7 - NOTA EXPLICATIVA


NOEMI SCHMIDT DE MOURA
Prefeito(a)


SILVIO FARIAS
Contador


EDILSON MALAVSKI
Controlador



PREFEITURA MUNICIPAL DE CATANDUVAS

ENDEREÇO: AV. PIONEIROS 500
CNPJ 76.208.842/0001-03

AUDIÊNCIA PÚBLICA - ACOMPANHAMENTO DOS PROGRAMAS DO PPA
3º Quadrimestre de 2015

Ordem	Programa	Descrição	Saldo Inicial	Suplementação	Anulação	Autorizado	Empenhado	Saldo Atual	% Executado
-	-	TOTAIS DOS MOVIMENTOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00%

1 - DEFINIÇÃO

PROGRAMAS são instrumentos de organização da ação governamental para a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por indicadores no plano plurianual.

2 - CONFRONTO DO SALDO INICIAL COM O SALDO FINAL

Analisando o Saldo Inicial dos Valores Orçados para os Programas constantes da Lei Orçamentária, na importância de R\$ 29.220.800,00, com as suplementações e anulações determina o valor autorizado de R\$ 31.974.014,37 e com o Saldo Final do período analisado que registra R\$ 5.920.548,41, concluímos que do Orçamento foi reduzido na importância de R\$ 26.053.465,96. Esta redução representa 81,48% dos valores originalmente orçados.


3 - REPRESENTAÇÃO PERCÁPITA DOS VALORES ORÇADOS


O município conta hoje com 15.079,00 habitantes. Analisando per capita os valores orçados para o exercício, podemos dizer que o orçamento representa R\$ 1.937,85, para cada habitante do município. Por outro lado, o valor já executado, representa um investimento de R\$ 210,05, para cada habitante do município. Podemos dizer ainda que o Saldo existente dos programas corresponde a 89,16% do total orçado.

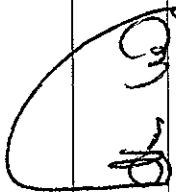
4 - DA REPRESENTAÇÃO GRÁFICA

O gráfico (A) representa o confronto do saldo inicial com o saldo final dos valores orçados para o exercício. Já o gráfico (B) representa além dos valores inicial e final, o valor dos créditos adicionais (suplementações) e o valor das movimentações de baixa (anulações e despesas empenhadas) do período, que determinaram o Saldo Atual dos valores ainda não executados dos programas do PPA que registra a importância de R\$ 5.920.548,41.

5 - NOTA EXPLICATIVA


 NORMI SCHMIDT DE MOURA
 Prefeito(a)


 SÍVIO FARIAS
 Contador


 EDILSON MALAVSKI
 Controlador